

Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

Relatório Executivo contemplando mapeamento de programas / iniciativas / projetos / políticas atualmente existentes no Brasil, as instituições responsáveis e a avaliação de impacto dos programas e iniciativas mapeados

Ações:

1.A.4.1 - Incentivar a geração de ativos como Indicações Geográficas (IG) e Marcas Coletivas (MC) e Cultivares. Responsável: Sebrae.

1.A.4.3 - Inserir PI como ferramenta para apoiar a organização e diversificação da produção agropecuária em regiões e, principalmente, localidades de menor desenvolvimento relativo do Brasil, contemplando ações voltadas para Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. Responsável: MAPA.

Novembro

Brasília, 2021

Sumário

1. Introdução
2. Mapeamento
 - 2.1 Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
 - 2.2 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Instituto CNA e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
 - 2.3 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 - 2.4 Fóruns Estaduais de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas
 - 2.5 Fundação Nacional do Índio
 - 2.6 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
 - 2.7 Instituto Nacional da Propriedade Industrial
 - 2.8 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Departamento de Apoio à Inovação para a Agropecuária
 - 2.9 Ministério da Cidadania – Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural
 - 2.10 Ministério da Economia – Coordenação de Arranjos Produtivos Locais
 - 2.11 Ministério da Economia – Programa do Artesanato Brasileiro
 - 2.12 Ministério da Educação
3. Considerações Finais
4. Anexo 1 – Levantamento Embrapa sobre IGS e MCs

Lista de abreviaturas e siglas

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
APL	Arranjos Produtivos Locais
CIG	Coordenação de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
DIAGRO	Departamento de Apoio à Inovação para a Agropecuária
DEFISP	Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural
DO	Denominação de Origem
EAD	Ensino à Distância
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAGRO	Escola Nacional de Gestão Agropecuária
ENPI	Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual
Flona	Floresta(s) Nacional(ais)
Funai	Fundação Nacional do Índio
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICTs	Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IG	Indicação(ões) Geográfica(s)
IP	Indicação de Procedência
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC	Marca(s) coletiva(s)
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social (atual Ministério da Cidadania)
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação
MRV	Métricas Mensuráveis, Reportáveis e Verificáveis
PAB	Programa do Artesanato Brasileiro
PANC	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PI	Propriedade Intelectual
RENAPI	Rede Nacional de Produtividade e Inovação

RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
Resex	Reservas Extrativistas
SATs	Sistemas Agrícolas Tradicionais
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA/RS	Secretaria do meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do <u>Sul</u>
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

1. Introdução

Em 11 de dezembro de 2020, sob coordenação do Ministério da Economia, foi lançada a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) com o objetivo de estabelecer governança e coordenação para as iniciativas, projetos e programas ligados à propriedade intelectual, a fim de alavancar a competitividade e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Para alcançar esse objetivo, a ENPI foi estruturada em sete Eixos Estratégicos:



O Eixo Estratégico PI para a competitividade e o desenvolvimento se propõe a promover a geração e o uso estratégico da propriedade intelectual em prol do interesse nacional para a competitividade e o desenvolvimento de negócios no Brasil e no mundo. As ações deste eixo são direcionadas à geração e agregação de valor de PI aos bens, serviços e processos, que por sua vez resultarão em maior competitividade e aumento na geração de renda contemplando as especificidades e competências regionais. Dentre os ativos contemplados nesse Eixo, estão as Indicações Geográficas e as Marcas Coletivas.

A Indicação Geográfica (IG) é um nome geográfico que identifica um produto ou serviço como originário de uma área geográfica delimitada quando determinada qualidade, reputação ou outra característica é essencialmente atribuída a essa origem geográfica.

A diferenciação de produtos a partir da sua origem e qualidade como estratégia para conquistar mercados é uma tendência que vem ganhando força no Brasil e no mundo. Cada vez mais, os consumidores querem saber a procedência, as características e o processo produtivo dos produtos que consomem.

As Indicações Geográficas respondem a essas demandas, uma vez que valorizam e protegem um saber-fazer dos produtores da região, a tradição de gerações em produzir um produto ou prestar um serviço, a biodiversidade da região e o vínculo do produto com o meio geográfico.

As Marcas Coletivas (MC), assim como as IGs, fazem referência a uma determinada origem, no caso, uma coletividade sem, no entanto, estarem obrigadas a comprovar o vínculo com o território para serem registradas. Nesse contexto, as marcas coletivas também são utilizadas como ferramentas de organização das cadeias produtivas, agregação de valor e geração de renda para as organizações de produtores.

Ambos registros consistem em ativos de Propriedade Intelectual e são concedidos no Brasil pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O Sebrae e o Ministério da Agricultura são instituições que lideram o movimento das Indicações Geográficas no Brasil, apoiando também a estruturação de Marcas Coletivas em determinados casos. Essa atuação se dá em duas frentes: junto aos produtores, por meio da realização de diagnósticos de potenciais Indicações Geográficas (ou MC), no apoio à sua estruturação, na promoção e fortalecimento das IGs registradas; e também defendendo os interesses dos

pequenos negócios, por meio da articulação com as demais entidades que atuam com essa temática.

No âmbito da ENPI, foi instituído um Grupo Técnico e estruturado um Plano de Ação com vigência de agosto de 2021 a julho de 2023. Dentre as ações desse Plano, duas previam o mapeamento e avaliação de iniciativas, projetos e programas com aderência à temática de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, sendo elas:

1.A.4.1 - Incentivar a geração de ativos como Indicações Geográficas (IG) e Marcas Coletivas (MC) e Cultivares. Responsável: Sebrae – ponto focal: Raquel Minas.

1.A.4.3 - Inserir PI como ferramenta para apoiar a organização e diversificação da produção agropecuária em regiões e, principalmente, localidades de menor desenvolvimento relativo do Brasil, contemplando ações voltadas para Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. Responsável: MAPA – ponto focal: Débora Santiago.

Nesse sentido, foram realizadas reuniões, promovidas conjuntamente pelo Sebrae e MAPA, com as potenciais instituições identificadas e cujo objetivo, além de realizar o mapeamento, também considerou a possibilidade de se estabelecer parcerias futuras, voltadas para essas ações.

2. Mapeamento

No período de 19 de agosto a 18 de outubro de 2021, foram realizadas videoconferências com representantes das diversas instituições para apresentar essas ações da ENPI e identificar iniciativas, projetos e programas voltados a produtos com vínculo na origem, como indicações geográficas ou marcas coletivas.

As reuniões consideraram o seguinte roteiro de perguntas:

1. Tem programa/projeto/iniciativa/política de fomento a produtos de dadas localidades ou regiões específicas?
2. Se sim, qual é a abrangência/impacto do programa/projeto/iniciativa/política (número de beneficiados)?
3. Se sim, esse programa/projeto/iniciativa/política tem foco em IG ou MC?
4. Já trabalhou com algum agrupamento na orientação para o registro?
5. Se não trabalhou ainda, tem interesse em trabalhar com a iniciativa de geração de ativos?

A seguir, apresenta-se um resumo das informações coletadas nessas reuniões.

2.1 Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

A ABDI apoiou um projeto de estruturação da IG Matas de Rondônia. Esta iniciativa fazia parte de um programa maior da instituição, de inovação e desenvolvimento produtivo regional – a Rede Nacional de Produtividade e Inovação (RENAPI), no entanto este programa foi encerrado.

No momento, a ABDI não tem programa/projeto/iniciativa/política de fomento a produtos de dadas localidades ou regiões específicas, nem com foco em propriedade intelectual. O foco é transformação digital/maturidade digital para empresas/grupo de produtores.

Entretanto, foi manifestado o interesse em estruturar um projeto de transformação digital para IGs, abrangendo rastreabilidade/controlar/plataforma com resultados e indicadores bem delimitados.

Na sequência à reunião realizada para este mapeamento, foi estruturado e aprovado, pelo conselho da ABDI, um projeto de digitalização das IGs.

O desenvolvimento desse projeto tem sido acompanhado por técnicos do Sebrae, MAPA, ME e CNA.

2.2 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Instituto CNA e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar Nacional)

A CNA tem um programa de fomento a produtos de dadas localidades ou regiões específicas, o projeto Alimentos Artesanais e Tradicionais (<https://www.cnabrasil.org.br/artesanaisetradicionais/>). Apesar de não possuir abrangência nacional no momento, há incentivo para que todas as Unidades Federativas (UFs) atuem com esse programa.

Atualmente, o Senar possui mais de 700 empreendimentos rurais produtores de alimentos artesanais, distribuídos em todo o território nacional, que são participantes do Programa de Assistência Técnica e Gerencial a Agroindústrias. Cada estabelecimento recebe uma visita mensal por 2 anos, de um técnico de campo com expertise no assunto, a fim de ofertar conhecimento técnico, gerencial e capacitações complementares a sua atividade sempre que necessário. Entende-se que ações em parceria com outras instituições são fundamentais para levar a atualização e tirar as dúvidas do técnico para que ele possa aperfeiçoar seu atendimento ao produtor rural. Neste sentido oficinas, palestras, seminários e outros são importantes para este público. Mas esse projeto, em si, não tem foco em IG ou MC.

Até o momento não trabalharam com agrupamentos de produtores na orientação para o registro.

Foi sugerido realizar um cruzamento dos potenciais IGs (mapeadas pelo Sebrae e MAPA) com os projetos do Senar, para identificar sinergias. Concluiu-se que a atuação do Senar pode complementar as ações do Sebrae e MAPA para promover o registro e fortalecimento de IG.

Na sequência à reunião realizada para este mapeamento, a CNA integrou um grupo de discussão sobre a plataforma de digitalização de IGs, composto também pelo Ministério da Economia, ABDI, MAPA e Sebrae.

2.3 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

A Embrapa, por sua qualificação jurídica, não possui prerrogativa para realizar registro de indicações geográficas e de marcas coletivas. Contudo, a instituição, por suas Unidades de Pesquisa, possui projetos/ações/programas que visam fomentar e apoiar a geração desses dois tipos de ativos. Nesse contexto, ressalta-se que o próprio Plano Diretor da Embrapa aborda o fomento às IGs.

A fim de levantar projetos/ações/programas atualmente vigentes no âmbito da instituição no que concerne a IGs e MCs, a Embrapa Sede atuou junto às suas Unidades para realizar a consulta solicitada pelo MAPA.

Identificou-se que as seguintes unidades descentralizadas têm programa/projeto/iniciativa/política de fomento a produtos de dadas localidades ou regiões específicas, sendo que todas já atuaram no fomento ao registro de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas:

- Embrapa Cocais;
- Embrapa Uva e Vinho;
- Embrapa Pantanal;
- Embrapa Gado de Leite;
- Embrapa Pecuária Sul;
- Embrapa Acre;
- Embrapa Agroindústria de Alimentos;
- Embrapa Alimentos e Territórios;
- Embrapa Solos;
- Embrapa Territorial;
- Embrapa Semiárido.

Algumas unidades da Embrapa relataram não ter programa/projeto/iniciativa/política de fomento a produtos de dadas localidades ou regiões específicas, mas têm interesse em atuar no fomento ao registro de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas:

- Embrapa Agropecuária Oeste;
- Embrapa Pesca e Aquicultura;
- Embrapa Arroz e Feijão;
- Embrapa Algodão;
- Embrapa Gado de Corte;
- Embrapa Rondônia;
- Embrapa Florestas;
- Embrapa Clima Temperado;
- Embrapa Agrobiologia;
- Embrapa Suínos e Aves;
- Embrapa Roraima;
- Embrapa Mandioca e Fruticultura.

Um compilado dessa consulta interna da Embrapa está apresentado em planilhas ao final deste documento. Ver Anexo 1 – Levantamento Embrapa sobre IGs e MCs.

2.4 Fóruns Estaduais de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Os Fóruns Estaduais de Indicações Geográficas (IGs) e Marcas Coletivas (MCs) são instâncias de construção da governança no tema, e reúnem pessoas de diferentes representatividades, como órgãos governamentais, instituições de ensino e pesquisa, sindicatos, associações e cooperativas de produtores, e demais interessados, no qual há uma sinergia entre as ações das instituições no apoio às IGs e MCs.

Esses fóruns têm por objetivo constituir uma rede de referência para a ação pública no tocante às IGs e MCs enquanto bens de propriedade intelectual e instrumentos de desenvolvimento territorial e trazem em sua implantação as particularidades locais de cada região do país.

Atualmente, existem 8 fóruns instituídos, cujas informações podem ser consultadas aqui: <mailto:https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/foruns-estaduais-ig-marcas-coletivas>. Entretanto, para essa reunião, estiveram presentes representantes de 5 Fóruns Estaduais de IG e MC, sendo eles: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão e Pará.

Em diversos estados, o Sebrae lidera a realização de diagnósticos e projetos de estruturação de IGs e Marcas Coletivas. No entanto, da reunião com os representantes destes Fóruns Estaduais de IG e MC, foi possível perceber que nos estados onde os Fóruns estão instituídos, as ações relacionadas às IGs e MCs são desenvolvidas com o apoio de diversas instituições, o que faz destes espaços ótimos locais para o desenvolvimento de parcerias e importantes instrumentos de fortalecimento da política em nível estadual.

Ainda assim, alguns desafios foram identificados, sendo os principais:

- Dificuldades enfrentadas na formalização do fórum com personalidade jurídica, o que dificulta a formalização de parcerias e recebimento de recursos;
- Necessidade de maior apoio por parte dos governos estaduais;
- Dificuldade em captar recursos para contrapartida dos projetos de estruturação;
- Necessidade de ampliar o apoio aos produtores no atendimento à legislação sanitária;
- Dificuldades em desenvolver ações de sensibilização, mobilização dos produtores e fortalecimento do associativismo.

Por fim, consideramos importante informar que todos os representantes apresentaram, nominalmente, as regiões que têm sido trabalhadas em seus respectivos estados para o registro de signos distintivos coletivos (IG e MC). Porém, para fins desse mapeamento, serão considerados como programa/iniciativa identificada o próprio Fórum em si.

Relevante pontuar que se trata de um levantamento que não se esgota neste relatório, já que, por motivos diversos, podem ter ficado de fora instituições e ações que tenham (ou possam ter) relação com atividades de desenvolvimento de indicações geográficas e marcas coletivas, escopo desse mapeamento.

Outro aspecto importante de se deixar registrado é que o trabalho foi desenvolvido em nível mais macro, considerando as instituições que atuam na esfera federal, e que seria interessante

sua replicação, por exemplo, nas esferas estaduais e, em especial, naqueles estados onde ainda não existem Fóruns de IG e MC instituídos.

2.5 Fundação Nacional do Índio (Funai)

A reunião foi realizada com técnicos da Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento, em Brasília.

A Funai conta atualmente com 39 unidades regionais, que entre outras atividades, são responsáveis pela implementação de projetos nas comunidades.

Os representantes técnicos entendem ser possível fazer um diagnóstico de IG ou MC nos diversos projetos da Funai e que há potencial para trabalhar esses signos distintivos em várias terras indígenas. Entretanto, é necessário estruturar e sistematizar, internamente, formas de fazer esse diagnóstico. No momento, há uma parceria com a equipe técnica do MAPA e, quando sentem que há potencial, tentam articular conjuntamente.

Foi o caso do levantamento de produtos potenciais, realizado em 2017 pelos técnicos da Funai, de maneira empírica, e do projeto de consultoria, em parceria também com o Ministério da Cidadania, onde foi trabalhada a estruturação de uma Marca Coletiva com os povos indígenas Wassu-Cocal e Xocó, em Alagoas. Existe a possibilidade de contratação de uma consultoria para estruturar outra marca coletiva indígena, mas para a estruturação de uma IG ainda não houve iniciativa.

2.6 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

A reunião foi realizada com técnicos da Coordenação de Produção e Uso Sustentável, com sede em Brasília.

O ICMBio promove projetos da sociobiodiversidade em todas as unidades de conservação federais: Reservas Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flona) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) – em torno de 88 unidades, abrangendo quase 100 milhões de hectares.

No momento, têm alguns projetos que abrangem o registro de marca coletiva, desenvolvidos em parceria com o Ministério da Cidadania e o MAPA, sendo eles o do caranguejo-uçá da Resex Delta do Parnaíba, o pescado na Resex Arapiranga Trumaí, ambas no Maranhão e o da marca coletiva Gosto da Amazônia, para o pirarucu manejado do Amazonas.

Há interesse em trabalhar no apoio à estruturação Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, mas há carência de recursos para essa atuação. Os gestores das unidades de conservação percebem o potencial de registro de MC/IG, mas não têm condições de apoiar os produtores nisso. É necessário investir em parcerias com outras entidades para viabilizar esse apoio. Ainda, trabalham com a parte de governança das comunidades associadas às unidades de conservação e do processo produtivo dessas cadeias.

2.7 Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

O INPI é o órgão responsável pela análise e concessão dos registros de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. Ele faz a disseminação dos ativos de propriedade industrial por meio de capacitações, eventos e publicações. As unidades regionais participam ativamente dos Fóruns Estaduais de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas.

Para esse mapeamento, contamos com o apoio da área de Cooperação Nacional, que realizou consulta interna às diversas áreas do Instituto.

Como resumo deste levantamento, têm-se ações regionais, internacionais e na área de cursos (capacitação), sendo que a maioria delas já conta com o apoio do Sebrae e do MAPA.

2.8 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Departamento de Apoio à Inovação para a Agropecuária (DIAGRO)

O DIAGRO é um Departamento vinculado à Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação, do Ministério da Agricultura.

Foram apresentadas algumas ações que poderão ter conexão com o desenvolvimento de novas IGs, sendo elas:

- 1) Curso EAD sobre Gestão da Inovação e Ecossistemas de Inovação no Agro (DIAGRO e Escola Nacional de Gestão Agropecuária – ENAGRO/MAPA) - Tem como público alvo os servidores e visa formar massa crítica e criar uma rede de relacionamento que trate de inovação no agro, podendo auxiliar na interlocução de projetos do MAPA junto a parceiros. O Curso aborda em um tópico o tema da propriedade intelectual. Os alunos (pouco mais de 200 inscritos, que vamos organizar em turmas) vão compor uma rede de servidores para a inovação no agro e a interação que se busca promover pode fortalecer o grupo para apoiar, entre outras, iniciativas de IGs junto a produtores no Brasil.
- 2) Projeto Selos do Agro – O projeto compreende a elaboração de estratégia para o desenvolvimento de uma plataforma digital que integre os selos, marcas e certificações praticados no Brasil no meio agropecuário. A plataforma permitirá ampliar a conexão entre entes públicos, especialmente o MAPA, entes privados, os fornecedores/produtores, certificadoras e clientes, e prover dados para políticas públicas e, principalmente, comunicação da sustentabilidade da agropecuária brasileira. O projeto visa estabelecer as bases para um *marketplace* de selos, compreendendo informações aos consumidores e produtores sobre os diversos tipos de signos existentes (marcas de produtos, processos e serviços, marcas de certificação, selos definidos por lei e indicações geográficas etc.), incentivo e orientações para o desenvolvimento de novos selos, priorizando aqueles que comuniquem sustentabilidade, num contexto de métricas mensuráveis, reportáveis e verificáveis (MRV). Por isso, em um primeiro momento, o projeto compreende um *marketplace* de certificações, sendo que o estágio 1 do projeto compreende uma Plataforma Brasil para Sustentabilidade Agropecuária, com foco na rastreabilidade e certificação de cadeias de valor com o recorte para carne e soja na Amazônia Legal. Nos estágios subsequentes, ainda em definição, pretende-se ampliar a abrangência para demais signos distintivos e novos mecanismos de comunicação sobre os mesmos. Nesse sentido, futuramente o

projeto poderá contemplar indicações geográficas e pontos relevantes de distinção destas para com os demais selos.

- 3) Projeto Agronordeste Digital – É um projeto que compreende a identificação de áreas prioritárias dentro do Programa Agronordeste como vitrines de inovação para a região, de modo a robustecer a articulação dos atores (academia, empresas privadas, ICTs, startups, hubs de inovação, produtores e outros) em prol da inovação nas cadeias produtivas da região, conforme a vocação de cada área-vitrine. Além da identificação das áreas, o projeto compreende levar pontos de conectividade do Projeto Comunidades Rurais Conectadas para os ambientes-vitrine, onde poderão ser realizadas atividades de capacitação, networking e interação de modo abrangente, proporcionando o desenvolvimento das cadeias produtivas e sua consolidação como ecossistemas de inovação. Tão logo as regiões sejam identificadas e seu potencial detalhado, o tema das indicações geográficas pode ser um daqueles a serem abordados em cada região, buscando prover orientação aos produtores e ao mesmo tempo identificar potenciais de novas IGs.

2.9 Ministério da Cidadania – Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural

A reunião foi realizada com técnicas do Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural (DEFISP). A este Departamento compete, entre outras atribuições: planejar, implementar e coordenar ações, projetos e programas voltados à inclusão produtiva rural e segurança alimentar e nutricional das comunidades, dos grupos e das populações tradicionais e específicos inscritos no Cadastro Único.

O apoio a construção de Marcas Coletivas se insere no âmbito das políticas públicas de apoio e fomento à Inclusão Produtiva rural e promoção da segurança alimentar na medida em que, além de ser uma ferramenta de geração de renda, entende-se que as marcas coletivas têm um papel importante nas estratégias de conservação e valorização da biodiversidade e do conhecimento tradicional, além de dar visibilidade à produção de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

A partir de 2017, foi feita uma parceria entre o então MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) e a CIG/MAPA para escolha inicial de 3 grupos de povos e/ou comunidades tradicionais de diferentes segmentos para receberem o apoio na construção de uma Marca Coletiva. Partiu-se de compreensão que grupos produtivos de povos e comunidades tradicionais são potenciais beneficiários das ações de desenvolvimento rural, a exemplo do uso de selos distintivos, tais como as Marcas Coletivas e que, portanto, era importante levar essa ação a mais grupos, como forma de proteger seus saberes e fazeres tradicionais e locais, além de agregar valor e identidade as suas produções.

Foram formuladas e executadas três consultorias pelo atual Ministério da Cidadania, que tiveram por objeto: “Realizar estudo de avaliação do potencial de indicação geográfica (IG) de produtos de povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas”. O objetivo final de cada consultoria foi também o mesmo: de apresentar uma proposta de regulamento de utilização da Marca Coletiva e, com isso, ao longo da duração da consultoria, trabalhar o fortalecimento de cada cadeia produtiva escolhida, bem como o fortalecimento da organização social dos membros das comunidades beneficiadas. Foram elas:

- Extrativistas da Resex Delta do Parnaíba/ PI – cadeia do Caranguejo-Uçá (parceria também com o ICMBio e já finalizada);
- Catadoras de Mangaba/SE – cadeia da Mangaba (finalizada);
- Indígenas Wassu-Cocal e Xocó/AL – cadeia do mel (em parceria também com a Funai e já finalizada).

Após a finalização dessas consultorias do Ministério da Cidadania, em outubro de 2020, foram realizadas reuniões de avaliação com os parceiros – MAPA, Funai e ICMBio, que apontaram o acerto da estratégia desse apoio, por ter alcançado bons resultados devido, principalmente, ao tempo que o consultor dispôs para acompanhar as comunidades, aprofundando a discussão de temas relevantes como: governança da Marca, rastreabilidade, canais de comercialização, divulgação, agregação de valor, boas práticas de produção, entre outras questões importantes para o fortalecimento da cadeia produtiva e da Marca Coletiva.

Neste contexto, ao final de 2021, foram lançados pelo Ministério da Cidadania mais dois editais, para contratação de consultorias para apoio à construção de Marcas Coletivas para produtos de povos e comunidades tradicionais, a saber:

- Extrativistas – Cadeia da pescada amarela – Resex Arapiranga Trumai/MA
- Indígenas – Cadeias da batata doce e do palmito pupunha – Guaranis da Baixada Santista/SP

2.10 Ministério da Economia – Coordenação de Arranjos Produtivos Locais (APL)

A metodologia utilizada nos projetos com os APLs é focada na governança para consolidar a autonomia dos arranjos, e não apenas responder às demandas das entidades. Atualmente, mudou um pouco a metodologia para encaixar no objetivo estratégico do Ministério da Economia. Governança era o principal gargalo identificado, juntamente com a insuficiência de recursos, sendo que, no momento, o orçamento dos projetos é proveniente, majoritariamente, de emenda parlamentar.

Foi realizado um recadastro dos APLs (de 800 identificados, passou-se para 410), sendo mantidos apenas aqueles que estavam mais consolidados, com governança, ação coletiva em execução, não incipientes. A metodologia para avaliar a governança dos APLs considera o recorte por setor, por meio de comitês temáticos, e o contato com lideranças. Terão um foco mais regional agora.

Nessa ação, porém, os projetos não têm foco no registro em Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, mas consideram ser possível sensibilizar os produtores quanto a isso, mobilizando os núcleos ou por meio dos gestores dos APLs.

Existem muitos territórios que estão perdendo a identidade, por trabalhar com produtos-padrão, e percebe que a IG ou a MC podem ser utilizadas para preservar essa identidade.

2.11 Ministério da Economia – Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)

A atuação do PAB tem foco na formalização, capacitação, comercialização e acesso a mercados dos artesanatos brasileiros. Não há previsão de projetos de IG no Convênio de Cooperação com

Sebrae, mas há interesse. Um foco prioritário seria a sustentabilidade das IGs registradas, principalmente no quesito comercialização.

2.12 Ministério da Educação

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do MEC, em parceria com o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), estruturou um Edital nº 63/2021 para a rede de Institutos Federais apresentar projetos para diagnóstico de potencial Indicação Geográfica ou Marca Coletiva (Eixo I) e estruturação de IGs (Eixo II). A estruturação desse Edital contou com o apoio do Ministério da Agricultura e do Sebrae. Serão contemplados até 15 projetos em cada Eixo.

O trabalho de extensão tecnológica da rede de Institutos Federais pode consistir em uma importante iniciativa para fomento das Indicações Geográficas, considerando a capilaridade e a multidisciplinariedade dos Institutos.

3. Considerações Finais

Percebe-se que, entre os entrevistados, diversos órgãos atuam com grupos de produtores em determinados territórios, com foco em assistência técnica, segurança alimentar, governança. Outras instituições têm seu recorte de projeto por público-alvo, como indígenas, quilombolas, artesãos. Há oportunidade em articular projetos com esses parceiros e criar sinergia a nível nacional.

Percebe-se que o tema das Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, por sua transversalidade, apresenta sinergia com os diversos programas / iniciativas / projetos / políticas levantados entre as instituições aqui consultadas, sendo que todos os representantes presentes nas reuniões se mostraram disponíveis para dar sequência na conversa, com vistas a estruturar parcerias e desenvolver ações na temática, considerando, é claro, a competência e a estrutura atual de cada instituição.

Nesse sentido, e como ações estratégicas a serem desenvolvidas inicialmente, propõe-se a realização de um trabalho em rede a fim de:

- I – Promover eventos de sensibilização e capacitação sobre IG e MC para gestores das instituições mapeadas, assim como para produtores acompanhados por elas;
- II – Realizar diagnóstico de potenciais IGs nos projetos dessas instituições;
- III - Articular com agências de fomento para financiar projetos de estruturação de IGs e MC;
- IV - Estruturar ações de sustentabilidade de IGs registradas.

É importante mencionar também que foi instituído um Grupo Técnico no âmbito do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), sob liderança do Ministério da Economia, para elaboração da proposta de controle e rastreabilidade das Indicações Geográficas brasileiras, no qual foram convidados para compor algumas instituições entrevistadas nesse mapeamento, como a ABDI e Embrapa.

4. Anexo 1 – Levantamento Embrapa sobre IGs e MCs

Planilha 1: Unidades descentralizadas que têm programa/projeto/iniciativa/política de fomento a produtos de dadas localidades ou regiões específicas, que já atuaram no fomento ao registro de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Unidade	A Unidade possui programa/projeto/iniciativa relacionada a produtos de dadas localidades ou regiões específicas?	Se sim, qual é a abrangência/ impacto (número de beneficiados)?	E esse programa/projeto/iniciativa/política tem foco em Indicação Geográfica ou Marca Coletiva?	A Unidade já desenvolveu projeto/atividade com algum agrupamento/ região na orientação para o registro de IG ou MC?	Se não trabalhou ainda, tem interesse em trabalhar com a iniciativa de geração de ativos?
Embrapa Cocais	Sim, alimentos à base de babaçu do território do Vale do Itapecuru, na Amazônia maranhense.	Cerca de 300 famílias.	Marca coletiva.	Não.	Sim.
Embrapa Uva e Vinho	Sim.	Pode-se citar como beneficiados diretos as associações detentoras das sete Indicações de Procedência e da Denominação de Origem de Vinhos registradas.	Sim. Uma das principais linhas de pesquisa da Embrapa Uva e Vinho é a de Indicações Geográficas. Desde meados da década de 90 a consolidação das IGs de vinhos tem sido estimulada e apoiada pela Unidade, como forma de diferenciar e agregar valor aos produtos elaborados e valorizar os territórios do vinho. Nesse período, foram apoiadas e formalizadas sete IPs e uma DO, além de outras duas IPs e uma DO em vias de estruturação para reconhecimento pelo INPI. Além dessas, apoiou quatro MCs: Vinhos do Brasil e Wines of Brazil, Suco de Uva do Brasil e Grape Juice of Brazil.	Sim. Para as IGs e Marcas Coletivas citadas na pergunta anterior e como referência para outras IGs, como citros do Vale do Caí e banana do litoral Norte (Rio Grande do Sul); banana de Corupá e erva-mate da região de Jaraguá do Sul (Santa Catarina); cachaça de Paraty (Rio de Janeiro); Café do Campo das Vertentes (Minas Gerais); Queijo do Marajó, Cacau de Tomé-Açú, Farinha de Bragança (Pará); e farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul (Acre).	Sim.
Embrapa Pantanal	A Embrapa Pantanal possui um projeto aprovado na última chamada de pós-graduação da Embrapa, que pretende levantar aspectos diferenciais qualitativos do mel obtido em áreas do Bioma Pantanal, o qual será executado durante o	N/A.	Sim, em parte, com a Indicação Geográfica Mel do Pantanal.	A Embrapa Pantanal colaborou com a obtenção da IG Mel do Pantanal.	N/A.

	doutorado de um pesquisador da área de Apicultura.				
Embrapa Gado de Leite	<p>A Embrapa Gado de Leite executou, no período 2015 a 2019, o projeto "Caracterização do queijo artesanal produzido em municípios inseridos no Corredor Ecológico da Mantiqueira – geração de renda para agricultura familiar e alimento seguro para os consumidores". Os resultados deste projeto subsidiaram o reconhecimento pelo Governo de Minas Gerais de dois queijos artesanais produzidos na região Sul do estado: queijo Alagoa e queijo Mantiqueira de Minas. Além disso, os resultados também subsidiaram a elaboração dos regulamentos técnicos de identidade e qualidade para a fabricação destes produtos. O queijo artesanal Alagoa é produzido somente no município de Alagoa. Já o queijo artesanal Mantiqueira de Minas é produzido em outros nove municípios da Mantiqueira mineira (Aiuruoca, Baependi, Bocaina de Minas, Carvalhos, Itamonte, Liberdade, Itanhandu, Passa Quatro e Pouso Alto). No município de Alagoa, existe o Comitê de IG, coordenado pela Emater-MG, onde a Embrapa Gado de Leite possui assento.</p>	<p>10 municípios da região Sul da Mantiqueira mineira (Alagoa, Aiuruoca, Baependi, Bocaina de Minas, Carvalhos, Itamonte, Liberdade, Itanhandu, Passa Quatro e Pouso Alto). Segundo levantamento da Emater-MG existem, aproximadamente, um total de 1.600 produtores de queijo artesanal nestes municípios.</p>	<p>Um dos objetivos dos trabalhos realizados em municípios da região desde 2008, é a identificação geográfica dos queijos artesanais, o que só seria possível iniciar os trabalhos após o reconhecimento dos produtos e da elaboração dos regulamentos técnicos de identidade e qualidade. Atualmente, a Emater-MG este conduzindo os trabalhos para a identificação geográfica do queijo Alagoa.</p>	<p>Fez apresentações para orientação sobre o processo para o registro de Indicação Geográfica na região dos queijos artesanais de Alagoa e Mantiqueira de Minas.</p>	<p>A Embrapa Gado de Leite vem contribuindo para o processo de registro de Indicação Geográfica de queijos artesanais em Minas Gerais. Embora o processo venha sendo conduzido pela Emater-MG no caso do queijo Alagoa, a Embrapa Gado de Leite possui assento no Comitê de Indicação Geográfica de Alagoa.</p>
Embrapa Pecuária Sul	Sim. A Embrapa Pecuária Sul tem contribuído para a	Ainda que com perspectivas distintas, as iniciativas apoiadas	As ações dirigidas a Carne do Pampa tiveram desde o	Sim.	N/A.

	<p>valorização de produtos, especialmente a carne de bovinos e ovinos, e recursos territoriais, incluindo experiências na lógica da inovação social, através de projetos e outras iniciativas de apoio à produtores organizados em rede.</p>	<p>pela Embrapa Pecuária Sul tem em comum o enfoque de território, sendo que em um caso se parte do produto (carne) para se chegar ao território (Carne do Pampa) e em outro parte-se do território (Alto Camaquã) para se chegar a uma “cesta de produtos”, entre os quais a carne. No caso da Carne do Pampa todos os pecuaristas situados sobre o bioma Pampa podem, em tese, se beneficiar da distinção da indicação geográfica categoria Indicação de Procedência. Atualmente a organização conta também com uma marca coletiva, APROPAMPA. No caso do Alto Camaquã, que envolve uma rede de associações de pecuaristas familiares situados na parte superior da bacia do rio Camaquã, abrangendo 08 municípios envolve atualmente 200 famílias.</p>	<p>princípio foco na IG e posteriormente se chegou ao entendimento de que a constituição de uma marca coletiva seria importante para o processo de organização. No caso do Alto Camaquã a marca coletiva “emergiu” em um processo participativo de valorização dos recursos e diferenciação dos produtos do território.</p>		
Embrapa Acre	<p>Sim. A tecnologia (processo) "Boas práticas de fabricação de farinha de mandioca" serve de base para habilitação das casas de farinha quanto a qualidade de farinha de mandioca produzida para usufruir da a indicação de procedência (IG) “Cruzeiro do Sul”, coincidente com a área da Regional Juruá, estando localizada na Região Oeste do Estado do Acre, abrangendo os municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves,</p>	<p>Foram mapeadas 900 casas de farinha na região que, se adequadas ao regulamento de uso, poderão usufruir da referida IG. Estima-se que tal iniciativa abrange aproximadamente 3.000 pessoas diretamente.</p>	<p>Indicação Geográfica, Indicação de Procedência (IP).</p>	<p>Sim. A Embrapa Acre participou junto ao Sebrae Acre (líder) em todo o processo de solicitação de registro da IG junto ao INPI.</p>	<p>À disposição para geração de novos ativos.</p>

	Cruzeiro do Sul, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.				
Embrapa Agroindústria de Alimentos	Sim.	Mais de 100 produtores da IG de laranja da região de Tanguá-RJ – baixada litorânea. Beneficia e valoriza as laranjas produzidas em 04 municípios da região. Iniciativa da Associação de Citricultores de Tanguá.	Sim. Indicação Geográfica.	Sim.	N/A.
Embrapa Alimentos e Territórios	<p>Sim. A Unidade tem nesta temática uma de suas linhas principais de trabalho voltadas à valorização de produtos agroalimentares, e neste contexto, também relacionado aos territórios de origem desses produtos. Os seguintes projetos possuem potencial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mapa de Oportunidades e de Apoio à Valorização de Produtos Alimentares Diferenciados; - Agrobiodiversidade do Semiárido; - Ações de apoio e fortalecimento da conservação <i>in situ</i> na Terra Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira-PE, com fortalecimento da conservação e integração com a conservação <i>ex situ</i>; - Estratégias para fortalecimento da conservação <i>on farm</i> de umbu-cajazeira por agricultores familiares da microrregião de Palmeira dos Índios-AL e integração com a conservação <i>ex situ</i>; - Avaliação de agroecossistemas em comunidades tradi- 	-	Não exatamente, mas há potencial, sobretudo o ACT com a COOPCAM.	Ainda não (porque a Unidade está com seus primeiros projetos). Já houve consulta relacionada a produtos lácteos, produtos de jabuticabas, mel etc. No entanto, há necessidade de projetos para avaliar as possibilidades.	Sim.

	<p>cionais visando a identificação de SATs;</p> <p>- Ações de apoio e fortalecimento da conservação <i>in situ/on farm</i> de café e jabu-ticaba na região de Palmeira dos Índios/Alagoas e integração com a conservação <i>ex situ</i>;</p> <p>Outras iniciativas: ACT com cooperativa COOPCAM sobre fermentado de jabuticabas e outros produtos.</p>				
Embrapa Solos	Sim.	<p>Produtores interessados dos Municípios: Araruama; Tanguá; Rio Bonito e Itaboraí. Trabalho realizado em conjunto com a ACIPTA – Associação dos citricultores e produtores de Tanguá.</p>	Sim. IG Laranjas da Região de Tanguá	Sim.	N/A.
Embrapa Territorial	<p>A Unidade já liderou um projeto, denominado Geotecnologias para incrementar a competitividade e a sustentabilidade da agricultura familiar no Circuito das Frutas (SP) visando gerar subsídios, a partir da pesquisa participativa local e regional e da caracterização espacial, para incrementar a sustentabilidade ambiental e econômica dos processos produtivos dos agricultores familiares do Circuito das Frutas, Estado de São Paulo. O projeto atuou junto às lideranças regionais e parceiros, para fomentar o pedido de IG na modalidade IP da Uva Niágara Rosada de Jundiahy e de MCs relacionadas à produção de frutas regionais.</p>	<p>No caso da IP da Uva Niágara Rosada da Região de Jundiahy, que corresponde à iniciativa de maior impacto alcançada, possui abrangência estadual e compreende os territórios dos municípios integrantes do Circuito das Frutas, desde que sejam limítrofes ao município de Jundiaí ou tenham feito parte do território do município de Jundiahy em 1933, quando ocorreu a mutação da uva Niágara Rosada. A Associação Agrícola de Jundiaí é o demandante interessado da iniciativa.</p>	<p>O projeto atuou em parceria e sua principal contribuição esteve relacionada ao processo de Indicação Geográfica (IG), na modalidade Indicação de Procedência (IP).</p>	<p>Sim, participou da delimitação geográfica do território de abrangência de reconhecimento da IG “JUNDIAHY” para o produto Uva Niágara Rosada, na espécie INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA.</p> <p>A Unidade também participa da Câmara Setorial de Vitivinicultura do Estado de São Paulo e do grupo de trabalho que aguarda publicação da Portaria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de São Paulo para ser oficialmente reconhecido como Fórum Paulista de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas.</p>	<p>Sim, a Unidade possui interesse em atuar no tema.</p>

<p>Embrapa Semiárido</p>	<p>A Embrapa Semiárido possui projeto em execução em território cujas atividades econômicas justificam estudos para verificação da adequação para registro de marcas coletivas e ou indicação geográfica. O projeto é intitulado “Integrando Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade às práticas de produção de Produtos Florestais Não Madeireiros e Sistemas Agroflorestais em Paisagens Florestais de Múltiplo Uso e Alto Valor de Conservação - Território do Sertão do São Francisco”. Uma parte considerável das ações está associada ao uso agroindustrial, por cooperativa local, de frutas nativas da Caatinga.</p>	<p>A partir de estudo que avalie o atendimento aos requisitos de envio de pedido de registro de marcas coletivas e ou indicação geográfica, a abrangência envolvida é o Território do Sertão do São Francisco. Este território inclui 10 municípios, ocupando uma área de 61.610 km2 com uma população total de cerca de 500 mil habitantes. Deste total de habitantes, 36,1% no meio rural. Os agricultores familiares desse território têm na atividade extrativista de frutas nativas uma complementação importante de renda, nos períodos de safra. Os municípios baianos em que esta atividade se organizou, tendo a liderança de uma cooperativa, são Curaçá, Uauá e Canudos. A população de agricultores familiares que também vive do extrativismo de frutas nativas nestes três municípios são os beneficiários das ações do projeto.</p>	<p>O foco não é orientado para Indicação Geográfica (IG) ou Marca Coletiva. As ações são de capacitação para padronização de produtos agroindustriais e de desenvolvimento de novos produtos para ampliar os espaços de mercado dos produtos nativos da Caatinga.</p>	<p>A Embrapa Semiárido já desenvolveu ações em projeto de pesquisa e em atividade de desenvolvimento voltado para o registro de IG. As seguintes experiências foram realizadas: - “Indicação Geográfica Vale do Submédio São Francisco para Uvas de Mesa e Manga” – a ação foi coordenada pelo Sebrae Pernambuco e teve contribuição atuante da Embrapa Semiárido para o suporte técnico que embasou o pedido junto ao INPI e posterior concessão da IG. O documento denominado “Subsídios Técnicos para a Indicação Geográfica de Procedência do Vale do Submédio São Francisco: Uva de Mesa e Manga” (https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/580188/subsidios-tecnicos-para-a-indicacao-geografica-de-procedencia-do-vale-do-submedio-sao-francisco-uva-de-mesa-e-manga) de autoria da equipe técnica da Unidade, foi o principal instrumento de argumentação da produção local diferenciada e associação com a qualidade dos produtos. Esta IG foi concedida em 2009. - “Indicação Geográfica, uma certificação estratégica para os produtos de origem animal da agricultura familiar do</p>	<p>A Embrapa Semiárido possui interesse em realizar parcerias para consolidação da IG associada aos produtos uvas de mesa e manga, na expectativa de oportunizar benefícios aos produtores e região. O mesmo é considerado para os vinhos tropicais, a partir da análise da IG Vale do São Francisco. Além disso, a Unidade assumiu os seguintes compromissos no seu Plano de Execução que podem, com a realização de ações específicas, implicar em promoção de IG para produtos derivados do processamento agroindustrial de frutas nativas da Caatinga, como umbu e maracujá: 1) desenvolver, validar e promover a adoção de soluções tecnológicas para o aproveitamento de frutos nativos do bioma Caatinga por meio do processamento em doces, geleias e bebidas, permitindo a geração de benefício econômico de R\$ 10 milhões até 2025; 2) implementar e validar ferramentas de diagnóstico, monitoramento e tomada de decisão para promover a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas de produção com caprinocultura leiteira em territórios vulneráveis socioeconomicamente até 2025;</p>
--------------------------	--	--	---	--	--

				<p>Semiárido” https://www.bnb.gov.br/documentos/80223/205365/ren_2014_11_indicacao_geografica_certificacao_estrategica.pdf/64ba2471-72b0-4f35-9508-fc5f2c5c0f6f?version=1.0 e “O Cabrito do Vale do São Francisco: valorizando o bioma caatinga (cabrito ecológico)” – estas iniciativas não avançaram para o pedido de IG junto ao INPI, mas promoveram articulação que orientou ganhos de qualidade em sistemas de produção e na comercialização; - Projeto “Desenvolvimento de tecnologias para colaborar com a certificação dos vinhos e com a sustentabilidade do setor vitivinícola do Vale do Submédio São Francisco” – projeto liderado pela Embrapa Uva e Vinho e com a contribuição direta de pesquisadores da Embrapa Semiárido de diversas áreas, como sistemas de produção, agrometeorologia, geoprocessamento, entre outros. A IG foi apresentada ao INPI.</p>	<p>3) promover a adoção de soluções de inovação para a cadeia vitivinícola, aumentando sua eficiência técnica e a estabilidade de produtos vitivinícolas nas áreas cultivadas com uvas para processamento na região tropical semiárida do Brasil. É possível, ainda, prospectar produtos de reputação regional e que podem ganhar espaços em outros mercados, como parte de uma estratégia de desenvolvimento territorial organizada e agregadora de competências de diferentes parceiros.</p>
--	--	--	--	---	--

Planilha 2: Unidades da Embrapa que relataram não ter programa/projeto/iniciativa/política de fomento a produtos de dadas localidades ou regiões específicas, mas que têm interesse em atuar no fomento ao registro de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Unidade	A Unidade possui programa/projeto/iniciativa relacionada a produtos de dadas localidades ou regiões específicas?	Se sim, qual é a abrangência/impecto (número de beneficiados)?	E esse programa/projeto/iniciativa/política tem foco em IG ou MC?	A Unidade já desenvolveu projeto/atividade com algum agrupamento/região na orientação para o registro de IG ou MC?	Se não trabalhou ainda, tem interesse em trabalhar com a iniciativa de geração de ativos?	OBSERVAÇÕES
Embrapa Agropecuária Oeste	Não.	N/A.	N/A.	Não.	Sim.	Dentre a nossa área de atuação, há oportunidades que consideramos ímpares como o trabalho de produtos e ativos da Embrapa, por exemplo, as cultivares de mandioca para mesa, cultivadas em diferentes sistemas de produção (orgânico, cultivo mínimo etc.), o que poderia gerar IG, por diferentes comunidades (indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhos etc.), o que geraria MC.
Embrapa Pesca e Aquicultura	Não.	N/A.	N/A.	Não.	Sim.	Informamos que a unidade não trabalhou ainda, mas tem interesse em trabalhar programa/projeto/iniciativa de geração de ativos nesta temática. Ressaltamos que na área de atuação da Unidade há regiões que podem ser consideradas de grandes potenciais para gerar IG, como as regiões do

						Jalapão e do vale do Araguaia (produção de sementes), e que com um trabalho de codesenvolvimento de produtos e ativos da Embrapa com participação de comunidades indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhos, entre outras, que poderia também gerar MC.
Embrapa Arroz e Feijão	Não.	N/A.	N/A.	Não.	Sim.	
Embrapa Algodão	Não.	N/A.	N/A.	Não.	Sim. O algodão colorido do Semiárido poderia ser uma temática a ser trabalhada nesse sentido.	
Embrapa Gado de Corte	Não.	N/A.	N/A.	Não.	Sim.	
Embrapa Rondônia	Não.	N/A.	N/A.	Sim, a Indicação Geográfica Matas de Rondônia para Cafés Robustas Amazônicos.	Sim.	
Embrapa Florestas	Não.	N/A.	N/A.	Não.	Sim.	
Embrapa Clima Temperado	Não.	N/A.	N/A.	Organização do sistema produtivo do arroz cachinho no território centro-sul do Rio Grande do Sul, com vistas ao resgate cultural e agregação de valor. Arranjo Produtivo Local de Alimentos da Região Sul do RS: fortalecimento da governança, transferência de tecnologias e valorização da	Há compromisso liderado pela unidade no sentido de “Desenvolver e validar soluções de inovação que promovam a inclusão no mercado de produtos certificados da biodiversidade dos biomas Mata Atlântica e Pampa na região de clima temperado, até 2025”. Um exemplo é a criação do	

				<p>identidade de produtos e produtores tradicionais. Obtenção de Salvaguarda da Tradição doceira no município de Morro Redondo/RS. Estruturação, qualificação e consolidação de Indicações Geográficas brasileiras de vinhos – 2016 a 2019 – Liderado pela Embrapa Uva e Vinho. Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos.</p>	<p>programa “Agricultores amigos das florestas” (junto a SEMA/RS e EMATER), para reconhecimento de propriedades em função da conservação e quantidade dos remanescentes florestais, diversidade e qualidade de matrizes de espécies florestais. Este é um resultado esperado do projeto RESTAURASUL: Transferência de tecnologia para o manejo sustentável e restauração da vegetação nativa no Território Zona Sul do RS.</p>	
Embrapa Agrobiologia	Não.	N/A.	N/A.	<p>No momento há apenas projetos com esta intenção.</p>	<p>Sim, há o interesse da unidade com base em dois projetos. Há um projeto ainda em formalização intitulado “PANC & Mel” que tem a intenção de chegar na obtenção de mel com IG de Cachoeiras de Macacu. Também há estudos sendo conduzidos com lúpulo produzido na Região Serrana Fluminense que pode vir a permitir no futuro uma diferenciação da cerveja produzida na região.</p>	
Embrapa Suínos e Aves	Não.	N/A.	N/A.	Não.	Sim.	
Embrapa Roraima	Não.	N/A	N/A	Não	Sim.	Estão articulando ações voltadas para Desenvolver e di-

						<p>vulgar o Regulamento de uso do Selo “Produzido por mulheres rurais” e avaliar as mudanças positivas percebidas com o uso do selo pelas mulheres produtoras rurais do estado de Roraima. Tais ações são dependentes de recurso negociado via emenda parlamentar da PLOA 2022, o que poderá gerar IG para três municípios e/ou marca coletiva com o uso do selo pelas mulheres rurais. Além deste, há também o interesse da Unidade em lançar futuramente a marca Caçari de Roraima, com a cultura do camu-camuzeiro. Outras ações estão sendo articuladas por meio dos polos cafeeiro, cajueiro e cacauzeiro para o planejamento de IG para o Café orgânico arábica indígena, para o caju indígena e o cacau do sul do Estado de Roraima.</p>
Embrapa Mandioca e Fruticultura	Não.	N/A.	N/A.	Há um projeto, conduzido pela Universidade Federal da Bahia, que tem a Embrapa Mandioca e Fruticultura como entidade colaboradora, dentro da nossa expertise de apoio técnico à IG Farinha de Copioba durante e depois de concluído o processo de	Existe espaço para uma ação com IG para a lima ácida Tahiti no Recôncavo da Bahia.	

				Indicação Geográfica pela UFBA; nossa participação foi e será na capacitação técnica de produtores em Boas Práticas de Fabricação.		
--	--	--	--	--	--	--